

CIDADES PRIVADAS: UM ESTUDO CRÍTICO SOBRE NOVAS FORMAS DE GESTÃO PRIVADA DO ESPAÇO URBANO

Matheus Gomes Lima

Resumo simples:

O presente trabalho investiga o advento das cidades privadas. Este é um campo de novas tipologias urbanas que outorgam a entes privados a gestão de uma urbe e é mormente associado à produção do campo ideológico/político neoliberal e/ou libertário. O caminho metodológico da pesquisa propõe uma investigação do conceito, através de uma leitura socio-histórica do mesmo e levantamento de interpretações e posicionamentos de atores envolvidos na produção e significação do campo. O objetivo é fazer uma avaliação deste campo à luz da teoria urbana heterodoxa, a ponto de poder interpelar o quanto tal experiência urbana amplia ou atrofia os sentidos de gestão pública e inclusiva do espaço urbano. Os resultados parciais revelam os sentidos mais específicos de rechaço da figura estatal e condicionamento à participação cidadã sob uma ótica neoliberal ou libertária dos agentes que produzem tal tipologia urbana. Espera-se apontar direções nas discussões sobre planejamento urbano, uso de tecnologias voltadas para o espaço urbano e gestão pública.

Resumo expandido:

Esta pesquisa tem por objeto a produção e significação do espaço urbano nas cidades privadas. O objetivo é desvendar este novo campo de produção urbana associada a e difundida por muitos grupos de ideologia neoliberal e/ou libertária, a fim de entender as formas pelas quais esses atores trabalham para conformação do campo.

Como uma contextualização do tema, entendo cidade privada como uma delimitação territorial onde um ente privado assume sua gestão e jurisdição, em detrimento da presença estatal. Neste sentido, embora tal cidade situe-se dentro de um Estado nacional, este abdica de suas funções por meio de uma “brecha” em sua própria constituição. Por esta abertura, passa-se a valer como princípio de governabilidade o contrato entre tais entes privados e os moradores da urbe. Nas palavras de um dos atores institucionais envolvidos na propagação e significação do campo, “[em] uma cidade privada livre, um operador privado adquire território e a autonomia parcial sobre o território que o acompanha para prover a governança nesse território” (SETTEE, 20--).

Este modelo de gestão urbana não é homogêneo e possui diversos nomes e formatações, como “zonas econômicas especiais” ou “cidades privadas livres” (FREE CITIES FOUNDATION, 20--), o que o faz ser melhor enquadrado como um campo bourdieuano (1989), onde atores situados dentro dele atuam diferentemente para sua significação e produção.

Embora não tenha sido o marco fundante deste campo, um dos pontos de inflexão

pode ser atribuído quando Paul Romer, ex economista-chefe do Banco Mundial,

apresentou ao mundo, em 2009, seu conceito conhecido como “charter city” (ROMER, 2009). Sua ideia, inspirada em Hong Kong, era permitir, na legislação de um país, que zonas administrativas independentes, na escala de cidades, pudessem ser governadas por leis próprias. Seu objetivo era que países mais desenvolvidos pudessem auxiliar o crescimento de outros. O conceito está tão enraizado no que o Banco prega (e no que é alvo de críticas, outrossim) que, ao apresentar o tema em uma palestra, Romer (2009) inclusive já responde a supostas críticas que poderiam ser erigidas sobre o projeto ser visto como uma nova forma de colonialismo.

Romer encontrou em Honduras um governo que encampou sua ideia, no projeto conhecido como Próspera. Entretanto, após uma série de polêmicas, incluindo a morte de um líder opositor ao governo, o economista se afastou do conselho do projeto (EBNER; PECK, 2021). Em seu ocaso, outros atores e instituições entraram em cena e começaram a curvar o termo para si, dando contornos mais visivelmente neoliberais e libertários ao que o conceito inicial talvez tenha tentado deixar à socapa. Por exemplo, Titus Gebel, fundador da “Free Private Cities Foundation” (renomeada “Free Cities Foundation”) que assumiu um posto no conselho de Próspera, remodelou o conceito de Romer. Como coloca Silveira (2021), “[ao] invés de propor a tutela de um segundo país sobre o novo território, (...) o que se propõe em Honduras é que uma corporação tenha o controle sobre a cidade, regulando não só sua administração, como todos seus serviços”. Na visão de Ebner e Peck (2021, em tradução livre), Gebel enxerga que a mudança de Estados-tutores para “arranjos de governança *totalmente* privatizados” é “não só mais eficiente, mas menos suscetível a acusações de neocolonialismo” (grifo dos autores).

Assim o campo tem sido disputado e é o estado que se encontra atualmente. Exemplo de cidade que está sendo feita, no momento, é da supracitada Próspera, em Honduras, “cidade-inteligente”, “futurista, hiperconectada”, “baseada no ‘estado mínimo’ liberal” e financiada por fundos de investimento (CAUTI, 2021). Salutar lembrar que, em meio à Medida Provisória da Liberdade Econômica (MP 881/2019), a ala libertária da gestão Bolsonaro adicionou uma parte no texto que permitia criar “zonas especiais” para receber as charter cities no Brasil (SCHUQUEL, 2020). O projeto estava associado à Fundação de Gebel, que já esteve em reunião promovida pela Escola Nacional de Administração Pública para apresentar a possibilidade de implementação das charter cities (ENAP, 2020).

Em termos de tecnopolíticas urbanas, percebe-se uma interseção importante entre a produção das cidades privadas e artefatos tecno-científicos, que de alguma forma viabilizam a materialização dessas experiências urbanas. Observando as movimentações de uma organização que objetiva prover serviços às cidades privadas emergentes, a City Chain,

percebe-se, em seu slogan, que as cidades privadas estão inseridas na esteira de discurso das cidades inteligentes: “blockchain for the smart cities” (CITY CHAIN, 20--). A

organização atua na oferta de infraestrutura material aos projetos urbanos – e uma análise de seus produtos revela a trama tecnopolítica que as cidades privadas estão inseridas: “City Hub” (e-governance); “Smart City Platform” (smart city); e “City Coin” (criptomoedas).

Em termos metodológicos, a pesquisa se propõe a uma análise qualitativa do campo de produção das cidades privadas. Isto dá-se ancorado a uma tessitura sócio- histórica do campo, ao mesmo tempo que uma análise de posições e discursos de atores que estão diretamente envolvidos nele, seja em termos de significação simbólica ou produção material. A questão final é entender em quais nexos tal tipo de produção urbana amplia ou atrofia os sentidos do campo público, em termos de gestão urbana e de participação democrática às cidades. Para tanto, o trabalho debruça-se desde estudos acerca do *New Public Management* (BEVIR, 2011) até os cruzamentos entre usos de tecnologias e o espaço urbano (WINNER, 1980).

Os resultados preliminares da pesquisa revelam que tal tipo de produção atua num grau específico de atrofiamento do entendimento do público, da atuação do Estado e das possibilidades de inserção cidadã aos espaços urbanos. Isto se deve, em grande parte, por um rechaço da figura do cidadão em prol de um perfil do consumidor, ao qual novas formas de gestão procuram atender. Com a apresentação deste tema novo, espera-se apontar à Sessão Temática 18 uma leitura “no negativo” sobre as possibilidades de uma experimentação com o uso de tecnologias voltadas ao urbano que não seja pautada à ampliação de usos sociais mais democratizantes. Em termos mais gerais, deseja-se apontar nexos nas discussões acerca de planejamento urbano, gestão pública e tecnopolíticas urbanas.

Referências bibliográficas

BEVIR, M. Governança democrática: uma genealogia. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 39, p. 103–114, jun. 2011.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Bertrand, 1989.

CAUTI, C. Próspera, a cidade-estado liberal em Honduras governada por uma empresa. *Revista Exame*, 14/10/2021. Disponível em: <<https://exame-com.cdn.ampproject.org/c/s/exame.com/mundo/conheca-prospera-cidade-liberal-honduras/amp/>> Acesso em: 10/06/2023.

CITY CHAIN, *sítio eletrônico*, 20---. Disponível em: <<https://www.city-chain.org/>> Acesso em: 10/06/2023.

EBNER, N.; PECK, J. Fantasy island: Paul Romer and the multiplication of Hong Kong. *International Journal of Urban and Regional Research*. V. 46, Issue 1, 2022.

ENAP. *É possível implantar charter cities no Brasil? Especialistas avaliam tema*, 21/02/2020. Disponível em: <<https://www.enap.gov.br/pt/acontece/noticias/e-possivel-implantar-charter-cities-no-brasil-especialistas-avaliam-tema>> Acesso em: 10/06/2023.

FREE CITIES FOUNDATION, *sítio eletrônico*, 20---. Disponível em: <<https://free-cities.org/>> Acesso em: 10/06/2023.

ROMER, P. *Why the world needs charter cities*. TED (video), 2009. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/paul_romer_why_the_world_needs_charter_cities> Acesso em: 10/06/2023.

SCHUQUEL, T. Governo federal estuda privatizar cidades inteiras. Entenda. *Metrópoles*, 14/02/2020. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/governo-federal-estuda-privatizar-cidades-inteiras-entenda>> Acesso em: 10/06/2023.

SETTEE, *Cidades Privadas Livres*, 20---. Disponível em: <<https://www.settee.io/cidades-privadas-livres>> Acesso em: 10/06/2023.

SILVEIRA, L. *Sobre a privatização do urbano, o (neo)liberalismo e a crise da democracia*. Medium (blog), 2021. Disponível em: <<https://medium.com/@demode/sobre-a-privatiza%C3%A7%C3%A3o-do-urbano-o-neo-liberalismo-e-a-crise-da-democracia-b4225a88513b>> Acesso em: 10/06/2023.

WINNER, L. (1980). Do artifacts have politics? *Daedalus*, vol. 109, n. 1, *Modern technology: problem or opportunity?*, pp. 121-136. Published by: The MIT Press on behalf of American Academy of Arts and Sciences, 1980.